



Josiele Ferreira Martins



Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos (FAESO)

josielly_martins@hotmail.com

João Carlos Pereira de Moraes



Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

joaocarlos_pmoraes@yahoo.com.br

AUXILIARES DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM OURINHOS/SP: DO CUIDADO À DOCÊNCIA

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto a classe de profissionais denominados de Auxiliar de Educação Infantil e atuam em creches, com crianças de 0 a 3 anos no município de Ourinhos/SP. Embora tenham envolvimento direto com o aprendizado das crianças de tal faixa etária, sua configuração de identidade profissional no campo educacional ainda é nebulosa. Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo analisar qual o perfil, atribuições e qualificações do Auxiliar de Educação Infantil na Prefeitura Municipal de Ourinhos bem como a visão do mesmo sobre sua profissão. Para isso, foi realizada uma pesquisa documental nas normativas do município, leitura da produção intelectual de teóricos sobre o tema, junto com a elaboração de um questionário respondido por três funcionárias contratadas no período de 1 a 20 anos, contados da data de nomeação no cargo. O resultado mostrou que as auxiliares de educação infantil do município de Ourinhos exercem atribuições que vão além dos cuidados das necessidades físicas e biológicas das crianças, como a função de docência, mesmo não possuindo a formação exigida por lei. A pesquisa evidencia, ainda, a desvalorização no trabalho e na remuneração dessa classe de profissionais.

Palavras-chave: Docência. Profissionalização. Auxiliar de Educação Infantil.

NURSERY ASSISTANT IN THE MUNICIPAL EDUCATION NETWORK IN OURINHOS/SP: FROM CARE TO TEACHING

ABSTRACT

This research has as object, a new class of professionals called Nursery Assistant and they work in nurseries, with children from 0 to 3 years in the city of Ourinhos/SP. Although they have a direct involvement in the learning of children of this age group, their configuration of professional identity in the educational field is still nebulous. In this sense, this work has the objective of analyzing the profile, attributions and qualifications of the Nursery Assistant in the city of Ourinhos, as well as their vision of their profession. For that, a documentary research was carried out in the regulations of the city, reading of the thoughts of some theoreticians and some articles on the subject, together with the elaboration of a questionnaire answered by three employees hired in the period of 1 to 20 years, counted from the date of appointment in the office. The result showed that Nursery Assistants in Ourinhos perform tasks that go beyond the physical and biological needs of the children, they also perform the teaching function, even though they do not have the training required by law. The research also shows the devaluation in the work and in the remuneration of this class of professionals.

Keywords: Teaching. Professionalization. Nursery Assistant.

Submetido em: 01/02/2018

Aceito em: 18/02/2019

Ahead of print em: 10/04/2019

Publicado em: 25/04/2019



<http://dx.doi.org/10.28998/2175-6600.2019v11n23p197-216>



I INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (BRASIL, 1996), incluiu a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica. Essa alteração gerou um aumento na procura por creches e pré-escolas em todo o país e, conseqüentemente, ampliou o espaço de atuação para os profissionais da área. Para atender essa demanda, além dos professores, os municípios contam com a ajuda de uma classe de trabalhadores que atuam diretamente no atendimento a crianças de 0 a 3 anos. Esse grupo recebe diferentes nomenclaturas, dependendo do Estado, Município ou Região em que se encontram. Em Ourinhos, São Paulo, inicialmente eram chamadas de monitoras, mas hoje são denominados de Auxiliar de Educação Infantil (OURINHOS, 2012).

O Regimento Comum das Escolas Municipais de Ourinhos, na Deliberação CME 01/2012 em sua Subseção I, Art. 8º, estabelece como finalidade da Educação Infantil, o desenvolvimento integral da criança em seu aspecto físico, psicológico, intelectual, linguístico e social (OURINHOS, 2012). O referido documento, em consonância com a LDB 9394/96 (BRASIL, 1996), ressalta que deve ser oferecido o atendimento em creche para crianças de 0 a 3 anos e, em pré-escolas, para crianças de 4 a 5 anos. Tais instituições devem seguir uma proposta pedagógica, garantir conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens para as crianças nelas matriculadas.

Mas qual a identidade profissional das pessoas que atendem boa parcela desse grupo, ou seja, os Auxiliares de Educação Infantil? Embora essa seja uma questão de nosso interesse, para iniciar o trabalho neste campo, esta pesquisa objetiva atingir uma pequena parcela dessa problemática, que consistiu em analisar o perfil, atribuições e qualificações do Auxiliar de Educação Infantil na Prefeitura Municipal de Ourinhos, bem como a visão do mesmo sobre sua profissão. Diversas perguntas atravessaram a pesquisa; algumas foram respondidas, outras tiveram somente indícios levantados. São elas: Por que a desvalorização salarial? Por que a função das auxiliares é vista de forma precarizada? Como surgiu o cargo? Qual grau de escolaridade é exigido? Quais as atribuições do cargo?

Para tanto, essa pesquisa foi realizada através de entrevistas com três Auxiliares de Educação Infantil efetivadas com intervalo de 10 anos, além do uso de algumas documentações, leis, diretrizes, regimentos e reflexões teóricas de autores do campo. Visou-se, assim, mostrar as transformações que a função sofreu, desde sua criação até os dias de hoje e como elas lidam com essas mudanças.

2 BREVE RELATO DA HISTÓRIA DAS CRECHES

A primeira opção de escola para crianças teve início em 1774, com o padre francês João Frederico Oberlin (OLIVEIRA, 1988). Segundo Rizzo (2003), o religioso criou um programa de passeios,

brinquedos, trabalhos manuais e histórias contadas com gravuras, que era a primeira iniciativa voltada para Educação Infantil. Apesar de significativa, a formação era destinada apenas a crianças de dois a seis anos, para os filhos da burguesia, cujas mães começavam a auxiliar seus maridos no comércio. Atitude comum e necessária numa sociedade que obrigava as mulheres a substituírem seus maridos mortos na guerra ou por doenças que se alastravam pela Europa e que não tinham lugar para deixarem seus filhos (ROSEMBERG, 2013). A situação do país só se agravava, com comida escassa e a saúde precária. As modificações sociais se acumulavam, afetando as estruturas de trabalho e a figura materna, que passou cada vez mais a deixar a casa e o filho para trabalhar fora.

Em 1844, Firmim Marbeau cria a primeira “*creche*”, palavra de origem francesa que significa manjedoura. O objetivo consistia em abrigar essa criança e oferecer segurança física e psicológica, carinho, cuidados com a saúde, higiene, alimentação, companhia e proteção do adulto (KUHLMANN, 1998). Para Rizzo (2003), esse trabalho era de responsabilidade filantrópica, de caráter assistencialista e eventual, já que contava com algumas pessoas que resolviam tomar para si a tarefa de acolher as crianças das ruas e de famílias menos favorecidas e cuidá-las.

No Brasil, conforme Marcílio (1997), as primeiras instituições surgiram em caráter de asilos para atender as crianças rejeitadas, uma delas chamada *Roda dos Expostos*, de cunho religioso e mantidas por doações. Outra contribuição importante foi a participação dos médicos higienistas que, preocupados com a alta taxa de mortalidade infantil, passaram a desenvolver tanto atendimentos a essas instituições como campanhas de conscientização às grávidas, sobre os cuidados e a higiene dos recém-nascidos (KUHLMAN, 2013).

No Brasil, semelhante ao movimento europeu, as creches, enquanto prédios físicos começam a surgir na década de 1920, com a expansão dos centros urbanos, da industrialização e a novas demandas de mão-de-obra (PASCHOAL; MACHADO, 2009). A mulher entra para o mercado de trabalho, inicialmente, como domésticas e, em seguida, nas indústrias. Os donos das fábricas passaram a oferecer creches ou escolas maternas dentro de seus estabelecimentos, pois viam como vantagem o fato de que sem a preocupação com os filhos, a mãe operária ficava mais tranquila e satisfeita e, sendo assim, produziam melhor (VIEIRA; MELLO, 2013).

Aos poucos, foram aparecendo as creches fora das indústrias, ainda de caráter assistencialista, que recebiam donativos de famílias ricas. A partir da década de 1930, tais espaços começaram a receber ajuda governamental para desenvolverem seu trabalho. (ROSEMBERG, 2013). Essa visão permanece de forma hegemônica até o início da década de 70, creches seriam os locais de criança e família carente, de preocupação com sua alimentação, higiene e segurança física. Aos poucos, a partir da ajuda governamental, se intensificaram e começaram a se preocupar com um trabalho mais técnico e formal da educação (KUHLMAN, 2013).

Segundo Oliveira *et. al.* (2009), em meados de 1970, período de ditadura política, houve um movimento de reivindicações populares em geral. Entre elas, a de mulheres trabalhadoras que exigiam o aumento de vagas e melhorias no atendimento das creches, o que levou a um aumento significativo de creches geridas pelo Poder Público, bem como das discussões no campo teórico sobre as práticas exercidas nesses espaços.

Entretanto, apenas a partir da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) é que se repensam as funções sociais da creche. Fundamentando-a como instituição educacional e de responsabilidade mantenedora e de gestão diretamente do Poder Público, a referida lei traz como papel da creche o de garantir o desenvolvimento integral da criança, deixando de ser apenas um lugar onde se deposita a criança pobre, para um lócus de aprendizado e formação humana.

Com a inclusão da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, citado no artigo 29º da LDB 9394/96 (BRASIL, 1996), além do cuidar, a creche passa a ter um caráter educativo e exigir um currículo de atividades que deverá respeitar cada etapa de desenvolvimento da criança, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade. A mesma lei com a alteração do decreto 12.796 (BRASIL, 2013), no artigo 30º, também estabelece que crianças de 0 a 6 anos (alterada no inciso II do referido decreto para de 0 a 5 anos), tenham direito a vagas na Educação Infantil, sendo oferecidas, em sentido não obrigatório, em creches, para crianças até os 3 anos, e em pré-escolas para crianças de 4 a 5 anos.

Hoje, com as mudanças sociais e a creche como um direito da criança, e não apenas de mulheres pobres que deixam seus lares para trabalhar fora e aumentar a renda familiar, as famílias da classe média e alta, também entraram para o mercado de trabalho, procurando o atendimento e o cuidado dessas instituições (RIZZO, 2003). A busca da sociedade é por um local que ofereça um ambiente harmonioso, com tudo que as crianças precisam, para atender suas necessidades físicas, biológicas, sociais, intelectuais e afetivas de forma integrada.

3 AS AUXILIARES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Durante muito tempo, a creche foi considerada uma extensão da família, um local onde as crianças ficavam em segurança enquanto suas mães saíam para trabalhar. Até o início da década de 70, as profissionais responsáveis pelas crianças não passavam de “tias da escolinha”. Sendo assim, não havia preocupações com a formação profissional dessas mulheres, bastava ser mulher, idônea, afetuosa e de preferência mãe para trabalhar com crianças pequenas (LORDELO, 2002). O objetivo era apenas cuidados com as necessidades físicas da criança e não desenvolver um trabalho educativo. Assim, as funções dessas profissionais se assemelhavam muito ao papel das mães.

Dessa forma, eram vistas como uma figura maternal, parental, “substitutas das mães”, “tias”, que prestavam um favor à comunidade e em troca recebiam uma modesta gratificação por seus serviços (OLIVEIRA, 1988; 2002). Conforme Kuhlman (2013), essa herança de desvalorização profissional, salarial e social a classe carrega até os dias de hoje, já que, mesmo após a intervenção do estado em meados de 1970, não houve nenhuma mudança quanto à qualificação e remuneração dessas profissionais.

Essa perspectiva se arrastou até a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), quando, como já citado anteriormente, passou-se a ter um olhar voltado pra o desenvolvimento integral da criança e a creche passa a ser considerada uma instituição de ensino. Nesse contexto, o nível de escolaridade do profissional que atua nessas instituições começa a ser repensado teoricamente, mas, em sua descrição legal, a lei deixa várias brechas quanto ao ensino na Educação Infantil, inclusive não determina nada sobre a formação do Auxiliar de Educação Infantil. Alguns apontamentos são vistos na LDB 9394/96, em seu artigo 62, que diz :

[...] a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal (BRASIL, 1996).

Assim, mesmo recebendo diferentes nomenclaturas como, por exemplo, monitora, berçarista, auxiliar de ensino, auxiliar de educação infantil, entre outras, esses profissionais passaram a ser responsáveis pelo educar, ultrapassando o cuidar, mas sem a exigência de possuírem a formação mínima estabelecida pela LDB para tal trabalho - ação docente que ocorre até os dias de hoje dentro das instituições de Educação Infantil-. Segundo Veiga (2006, p.468), “no sentido etimológico, docência tem suas raízes no latim “*docere*” que significa ensinar, instruir, mostrar, indicar, dar a entender”. Então, independentemente da denominação recebida, o profissional que trabalha diretamente com crianças dentro de instituições de ensino e é responsável pelo seu pleno desenvolvimento, pela aquisição de conhecimentos e aprendizados das mesmas, em qualquer etapa da educação básica, considera-se detentor de ação docente.

Essas mudanças ocorridas nas funções do cargo, desde sua criação até os dias de hoje, foram atribuindo novas exigências para as Auxiliares de Educação Infantil, que passaram do cuidar para educar. Dois eixos indissociáveis para a formação integral da criança, pois são responsáveis pelo desenvolvimento, sensorial, motor, cognitivo, intelectual e social das crianças por meio de brincadeiras, atividades lúdicas e pedagógicas que favorecem a aprendizagem da criança.

É importante ressaltar que a educação infantil saiu da assistência social e foi para a área educacional há pouco tempo. Antes, não se exigia formação em magistério para atuar em creches, porque o profissional só tinha que cuidar das crianças; agora, tem que cuidar e educar (LACERDA, s/d).

Em meados de 90, a Secretaria Municipal da Educação assumiu as creches do município, que passaram a ser intituladas por Núcleo de Educação Infantil, mas as mudanças foram acontecendo aos poucos: não havia coordenadores pedagógicos para esses núcleos; as capacitações não eram de cunho pedagógico e aconteciam aos finais de semana; não existiam auxiliares de educação infantil; apenas monitores, ou seja, a educação infantil teve muitos ganhos, mas ainda se tem muito a avançar. Atualmente, no município de Ourinhos, as Auxiliares de Educação Infantil, são contratadas por meio de concurso público, com formação em nível médio, para trabalharem por 40 horas semanais, dentro das instituições educacionais de Educação Infantil e desempenham as seguintes atribuições, deliberada no Regimento Comum das Escolas Municipais de Educação sob o nº 01/2012 (OURINHOS, 2012), relacionadas no quadro demonstrativo abaixo criado pelos pesquisadores.

Quadro I – Atribuições do Auxiliar de Educação Infantil

ELEMENTOS	ATRIBUIÇÕES
Cuidar	Observar, diariamente, o estado de saúde das crianças, verificando temperatura corporal, aspecto geral, além de outros indicadores para caso identificado alguma anormalidade, providenciar assistência médica especializada;
	Ministrar, de acordo com prescrição médica, remédios e tratamentos que não exijam conhecimentos especializados
	Realizar curativos simples e de emergência, utilizando noções de primeiros socorros ou observando prescrições estabelecidas.
	Promover, nos horários necessários, a higiene corporal e bucal das crianças.
	Acompanhar, cuidar e educar as crianças, durante sua permanência nas creches, proporcionando-lhes um ambiente tranquilo, afetuoso e seguro, bem como prestando-lhes assistência e orientação quanto à higiene, saúde e educação
	Alimentar e hidratar bebês no colo, estimulando a regurgitação após as mamadeiras.
Educar	Promover atividades recreativas, esportivas e artísticas, empregando técnicas e materiais apropriados, conforme a faixa etária, a fim de despertar e desenvolver comportamento sadio, social e criativo entre os menores
	Reunir-se periodicamente com a direção da creche e dos centros comunitários e com os profissionais de educação para o planejamento de atividades e discussão de problemas
	Planejar, executar e avaliar atividades baseadas na linha pedagógica da Secretaria Municipal de Educação que sejam adequadas aos interesses, necessidades e características do grupo de crianças pelo qual é responsável

Fonte: a pesquisa.

Como podemos ver, as atribuições da Auxiliar de Educação são de extrema importância para o desenvolvimento integral de crianças pequenas. No que se refere aos cuidados, precisam ter um olhar atento para as crianças que estão sobre sua responsabilidade, já que acima de tudo devem zelar pela saúde e bem estar da criança dentro da instituição, observando anormalidades em seu estado como: febre, sonolência, diarreia persistente, falta de apetite, entre outras, percepções essas que exigem do (a) auxiliar responsável conhecer bem os hábitos da criança. Cabe à auxiliar também administrar medicamentos com receitas médicas e observar possíveis reações de crianças em tratamentos devidamente prescritos, além de estar atenta a acidentes, realizando curativos e primeiros socorros ou acionando assistência médica

especializada, quando necessário. É função da auxiliar promover cuidados de higiene das crianças sempre que necessário: dar banho; trocar fraldas; escovar dentes e estimular hábitos como lavar as mãos, dar descargas. Outra função é quanto à alimentação. As crianças devem ser alimentadas, auxiliadas ou estimuladas, dependendo da faixa etária, durante as refeições. Isso tudo deve ser realizado pelas auxiliares de maneira segura e afetuosa, afinal essas crianças passam dez horas por dia na creche, mais tempo do que no ambiente familiar e precisam sentir-se amadas e protegidas.

Quanto ao educar, é de responsabilidade dos (as) auxiliares promover o desenvolvimento cognitivo, motor, intelectual das crianças, através de brincadeiras, músicas, atividades recreativas e diversificadas de forma pedagógica e dirigidas, de acordo com a faixa etária de cada uma, com o objetivo de expandir seus conhecimentos, já que é nessa fase que ocorre a ampliação do vocabulário, da criatividade, da autonomia, da motricidade das crianças, ou seja, estão em constante desenvolvimento. As auxiliares trabalham também através de histórias e do lúdico, questões como valores, respeito ao próximo, regras para se viver em sociedades entre outras. Essas atividades facilitam também a rotina na creche, pois, quanto mais a criança estiver envolvida com atividades significativas, atrativas e de interação, menos tempo terão para cultivarem relações inapropriadas com outros sujeitos. Além disso, está em suas atribuições participar de reuniões com a equipe gestora para planejamento da rotina e de atividades a serem realizadas e discussões de problemas relacionados tanto com a turma, quanto com a instituição. Pertence às auxiliares a função de fazer avaliações reflexivas do desenvolvimento de cada criança, respeitando suas especificidades.

4 METODOLOGIA

O método utilizado foi qualitativo. De início, com pesquisa documental, analisando as leis e documentos que regulamentam a profissão de auxiliar de educação infantil; posteriormente foi elaborado um questionário respondido por três funcionárias da Rede Municipal de Ensino de Ourinhos, contratadas no período de 1 a 20 anos de exercício da função, sendo uma funcionária recém contratada com menos de 1 ano de experiência (A3), uma funcionária com 10 anos de experiência (A2) e uma funcionária com mais de 20 anos de experiência (A1).

As questões contidas no questionário estavam relacionadas ao nível de escolaridade; ao nível de escolaridade e de conhecimentos exigido para ingresso para o cargo; à rotina dessas profissionais no exercício de sua função; sobre capacitações e formações oferecidas; mudanças e exigências em suas atribuições no decorrer dos anos; sobre a importância do trabalho que realiza referente ao desenvolvimento das crianças, e reivindicações e expectativas futuras referentes ao cargo, a fim de averiguar os dados coletados na pesquisa de campo, os dados da pesquisa documental, com o objetivo de

analisar como está sendo constituída a identidade dessas profissionais e porque ocorre a desvalorização dessa classe de profissionais.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como pudemos perceber, através das leis, da tabela de atribuições e com base no RCE, as auxiliares possuem atribuições legais próprias, mas algumas são bem semelhantes às atribuições de professora, e, na prática, essas profissionais acabam desempenhando a função de docência, mesmo não tendo a formação mínima exigida para tal.

Vejamos o que responderam as auxiliares no questionário:

1) Dados das Auxiliares

Quadro 2 – Dados das Auxiliares

Auxiliar	A1	A2	A3
Tempo de serviço no cargo	24 anos	10 anos	1 ano
Idade	51 anos	34 anos	43 anos
Nível de escolaridade no ato da nomeação	Ensino médio	Ensino médio	Superior
Nível de escolaridade atual	Superior	Superior incompleto	Superior
Curso superior	Pedagogia	Engenharia civil	Comunicação social
Tempo de formação	12 anos	-----	9 anos

Fonte: a pesquisa.

O grupo entrevistado corresponde a três Auxiliares de Educação Infantil com tempos de atuação bem diferenciados, sendo que todas realizam ou realizaram curso superior. Entretanto, apenas a que possui maior tempo de serviço é formada em Pedagogia. Conforme Lüdke e Boing (2004), isso é reflexo da precarização histórica do trabalho docente. Ao longo do tempo, as atividades docentes estão sendo desvalorizadas, tanto financeira quanto socialmente, o que faz com que as pessoas enxerguem-nas como trabalhos passageiros.

2) *Escolaridade de ingresso no concurso*

Quadro 3 – Escolaridade de Ingresso no Concurso

Pergunta	Auxiliar	Respostas
Qual grau de escolaridade exigido no edital do concurso para seu ingresso no cargo?	A1	Fundamental
	A2	Ensino médio regular
	A3	Ensino médio regular, mas optei por ingressar no concurso público, apesar da minha formação acadêmica ser outra, por não poder neste momento me afastar de Ourinhos em razão de cuidados com minha mãe e da falta de estabilidade ao se trabalhar em veículos de comunicação. Mas acredito que os alunos dos NEI's poderiam se desenvolver muito mais se os auxiliares tivessem acesso ao curso de pedagogia, inclusive, sendo melhores remunerados por meio de uma reestruturação administrativa.

Fonte: a pesquisa.

Percebe-se que houve uma alteração na exigência mínima de escolaridade para o concurso desde 1994, realizado antes da reformulação da LDB de 1996 (BRASIL, 1996). Quando A1 ingressou, a exigência consistia no Ensino Fundamental. Já no ingresso de A2 e A3, este último em 2016, exige-se Ensino Médio. Ou seja, mesmo após vinte anos de vigência da nova lei (BRASIL, 1996), o concurso para auxiliar de educação infantil no município de Ourinhos ainda é ofertado em nível médio regular.

No intuito de atender as necessidades de docentes na Educação Infantil, a prefeitura contratou professores para os Núcleos de Educação Infantil, porém esses passam menos de duas horas semanais com cada grupo de alunos.

3) *Exigências de conhecimentos pedagógicos*

Quadro 4 – Exigências de Conhecimentos Pedagógicos

Pergunta	Auxiliar	Respostas
Foi exigido algum conhecimento específico, pedagógico, quanto aos cuidados, ou desenvolvimento da criança para sua nomeação no cargo?	A1	Nenhum, apenas foi comunicado que eu estaria em estágio probatório, onde seria avaliada se estava apta para desenvolver a função.
	A2	Não, constava no edital a lista de atribuições do cargo, como cuidados básicos de higiene e alimentação.
	A3	Não, constava no edital do concurso uma extensa lista bibliográfica na área de educação infantil, mas nenhum conhecimento específico.

Fonte: a pesquisa.

Como não foi exigido nenhum conhecimento específico, as auxiliares relatam que, mesmo cientes das atribuições, de acordo com a nomenclatura do cargo e a exigência apenas de nível médio, imaginavam que iriam auxiliar um professor dentro da sala de aula, na Educação Infantil (creches e pré-escolas) e que seriam responsáveis apenas pelos cuidados básicos necessários, como higiene corporal e bucal, alimentação, hidratação, saúde e bem estar da criança, durante sua permanência na instituição.

Nesse sentido, torna-se complexo exigir do Auxiliar de Educação Infantil práticas pedagógicas, como aponta o quadro I da pesquisa, sem prescrever conhecimentos desse nível nos referidos concursos. Essa relação também apresenta os interesses do poder público local de oferecer um serviço pedagógico para as crianças de 0 a 3 anos, mas, ao mesmo tempo, não remunerar de forma adequada os profissionais responsáveis.

4) Formação

Quadro 5 – Formações

Pergunta	Auxiliar	Respostas
Houve algum ação ou capacitação antes de seu contato direto com as crianças? E após seu ingresso?	A1	Antes não, após acontecem algumas capacitações nos dias de hoje com mais frequência.
	A2	Não, depois sim, acontecem algumas capacitações e reflexões pedagógicas, onde os temas abordados além de repetitivos, nem sempre atendem as expectativas e a necessidade da rotina de uma creche, sem contar que várias atividades propostas, fogem da realidade de um núcleo municipal.
	A3	Não houve capacitação quando ingressei em 2016, estou aprendendo na prática. Apesar de ter tido o conhecimento teórico sobre as funções de auxiliar para passar no concurso, na prática, quando você se depara com todas as exigências para se cuidar de uma criança, você percebe a necessidade fundamental da capacitação. Ingressei na transição do governo municipal, ocorreram duas reuniões, uma em 2016 e outra no início de 2017, mas foram genéricas. A última capacitação ocorrida no dia 21/08 superou a expectativa por justamente demonstrar na prática como o auxiliar é importante no processo de conhecimento da criança, com exemplos possíveis de serem realizados no dia a dia, em que o "brincar" se transforma em aprendizado

Fonte: a pesquisa.

Deparadas com as realidades do cargo, após o susto, as auxiliares acabam por desempenharem suas funções da melhor forma possível, mas muitas vezes se sentem inseguras para realizar algumas funções, devido à falta de preparo e de formação quando assumem o cargo, como afirma A3. O fato é que as auxiliares de educação infantil acabam trabalhando diretamente com crianças pequenas, e exercem atribuições de docente, mesmo sem ter qualquer tipo de preparo ou formação anterior ao contato com essas crianças.

Embora a formação continuada seja essencial para o processo reflexivo da docência (IMBERNON, 2010), esta não substitui a formação inicial. Na formação inicial é possível a quebra de paradigmas e de visões empíricas sobre a escola, bem como produzir rol teórico para o pensamento crítico sobre a prática cotidiana.

5) Rotinas escolares

Tabela 6 – Rotina

Pergunta	Auxiliar	Respostas
No geral como funciona a rotina das auxiliares na creche em que você trabalha?	A1	No geral, receber a criança, auxiliar na alimentação (dar café da manhã, almoço, lanche da tarde e janta), acompanhar o sono, realizar brincadeiras supervisionadas, atividades dirigidas, higienização sempre que necessário e preparação para ir embora.
	A2	Nossa rotina se resume em acolher as crianças, dar café da manhã, banho, atividades pedagógicas, fazer dormir, dar café da tarde, trocar fraldas, dar janta, preparar para ir embora. E aplicar atividades dirigidas nos intervalos.
	A3	Acolhida dos alunos, café da manhã, realizar atividades lúdicas e pedagógicas, almoço, hora do sono, lanche, dar banhos, trocar fralda, jantar.

Fonte: a pesquisa.

Quanto à rotina, as respostas foram bem semelhantes. Resume-se : acolhimento das crianças, trocas, auxílio com as refeições, dar banhos, fazer dormir, contar histórias, cantar, direcionar atividades lúdicas e dirigidas, e atividades pedagógicas nos intervalos dos cuidados básicos com a criança. Percebe-se que todas realizam atividades pedagógicas, independentemente de estarem habilitadas ou não.

6) Planejamento

Quadro 7 – Planejamento

Pergunta	Auxiliar	Respostas
As auxiliares possuem um horário de estudo, com a coordenação pedagógica para planejar suas atividades e a rotina da turma?	A1	Não, apenas algumas reuniões de reflexão e práticas pedagógicas, mas devido a vários assuntos e problemas a serem tratados neste dia, não dá tempo para orientações pedagógicas.
	A2	Horário de estudo, planejamento e organização da rotina não ocorrem reuniões pedagógicas para falarmos da criança no geral. Quando precisamos preparar alguma coisa é feito na hora do sono das crianças.
	A3	Não, mas acredito ser essencial que essa proposta deva ser estudada pelo poder executivo, porque além de valorizar o trabalho do auxiliar de educação infantil, o estimulará a desenvolver e ampliar a atuação com os alunos.

Fonte: a pesquisa.

Outro ponto em questão é a falta de horário de estudo para que as auxiliares possam planejar a rotina, preparar as atividades, selecionar e confeccionar materiais a serem trabalhados com as crianças. Conforme o Estatuto do Magistério Municipal (OURINHOS, 2015), esses momentos são de direito apenas dos professores. Quando as auxiliares fazem esses planejamentos, eles ocorrem em casa ou em horário de trabalho, normalmente na hora do sono das crianças.

Entretanto, considerando a ausência de formação inicial e falta de reuniões pedagógicas, não há como garantir a eficiência ou realização do planejamento para as atividades. Fica nítido, também, que cada

auxiliar atua de modo diferente, dentro das instituições de ensino de educação infantil, já que não existem orientações para o trabalho.

7) Contato professor e auxiliar

Quadro 8 – Contato professor e Auxiliar

Pergunta	Auxiliar	Respostas
Existe contato direto de um profissional de nível superior com as crianças?	A1	Sim a professora de creche, atende pequenos grupos por vez, por duas horas por semana cada turma.
	A2	A professora de creche, atende diariamente mas, as crianças são divididas em turmas e são retiradas da sala e levadas para outra sala ou pátio para realização de atividades dirigidas e pedagógicas.
	A3	A professora de creche fica em torno de 55 minutos com os alunos que são divididos em turmas.

Fonte: a pesquisa.

Cada Núcleo de Educação Infantil possui uma professora de creche, responsável por aplicar atividades pedagógicas e atividades que ajudam no desenvolvimento motor, cognitivo e social das crianças (OURINHOS, 2015), tarefa bem semelhante com as exercidas pelas auxiliares.

A diferença é que a professora trabalha com pequenos grupos, em um espaço separado do resto da turma e cada grupo fica com ela por 55 minutos, duas vezes por semana. Ou seja, a professora habilitada para desenvolver a função de docência junto às crianças, passa em média apenas 1 hora e 50 minutos das 50 horas semanais em que elas permanecem na instituição. Nesse sentido, a auxiliar passa muito mais tempo com a turma.

Percebemos que não há nenhuma parceria, na fala das auxiliares, das mesmas com as professoras. Para a sua ação, as auxiliares necessitam de um planejamento para trabalhar a carga horária extensiva em que essas crianças permanecem na instituição, para que não fiquem ociosas ou envolvidas em atividades sem sentido e geradoras de conflitos.

8) *Mudanças nas atribuições*

Quadro 9 – Mudanças nas atribuições

Pergunta	Auxiliar	Respostas
Considerando seu tempo no cargo houve novas exigências ou mudanças em suas atribuições?	A1	Sim, houve muitas mudanças e várias exigências, cada vez mais foi se atribuindo tarefas nas quais não pertencem ao auxiliar de educação infantil, uma delas é auxiliar fazendo o papel de professor.
	A2	Sim, cada dia vem sendo cobrado mais e mais à realização de trabalhos pedagógicos, mais cuidados referente à higiene e até referente à educação das crianças.
	A3	Não houve exigências até o dia 21/08, onde após a capacitação dada pela secretaria municipal de educação, os diretores das escolas esperam que seja ampliado o trabalho com as crianças, sendo desenvolvidas atividades como a musicalização e a psicomotricidade.

Fonte: a pesquisa.

Diante de tantas mudanças e exigências, não é de se estranhar a desmotivação por parte das auxiliares, a busca por uma identidade e por reconhecimento do trabalho que realizam, essas crianças passam mais tempo com elas do que com a própria família, independente de suas atribuições, essas profissionais estabelecem laços de afeto com os pequenos.

E qual seria o perfil dessa classe? São professoras ou tias? A falta de uma identidade própria colabora ainda mais para desvalorização da classe (FREIRE, 2015). Nesse contexto, tendo em vista que o objetivo principal dessa etapa na educação básica é o “cuidar e educar” (BRASIL, 1998) e que essa etapa consiste no primeiro contato educacional e de desenvolvimento da criança como cidadão, as exigências de ação do Auxiliar de Educação Infantil deveriam ser acompanhadas de preparo e capacitação profissional, bem como de reconhecimento social e financeiro.

9) *Condições de trabalho*

Quadro 10 – Condições de Trabalho

Pergunta	Auxiliar	Respostas
Como você avalia as condições de trabalho das auxiliares de educação infantil de Ourinhos?	A1	As condições não condizem com as exigências, muitas cobranças, porém sem quase nenhum subsídio para ajudar nas atividades pedagógicas e na rotina do auxiliar de educação infantil.
	A2	Não são tão favoráveis quanto deveriam, pois faltam materiais básicos e de higiene como por exemplo; brinquedos, cotonetes, lenço umedecido, pente fino entre outros. Sem falar que o espaço físico está cada vez menor; muitas crianças dentro das salas; falta espaço externo coberto e playground.
	A3	Podem ser melhoradas por meio de constantes capacitações pelo poder executivo para que cada vez seja mais aprimorado o conhecimento e retransmitido as crianças dos NEI's. Apesar da falta de materiais e brinquedos, durante a capacitação foi deixado bem claro que a criatividade deve ser nossa maior aliada para criar brinquedos e atividades.

Fonte: a pesquisa.

As auxiliares relatam também que enfrentam dificuldades para trabalhar no dia a dia. Os espaços são pequenos, faltam brinquedos, e elas precisam lidar com a falta de materiais, precisam usar a criatividade e saber aproveitar o que se tem disponível, como cita a A3, em resposta anterior. Elas precisam fazer adaptações com os recursos que possuem para desenvolver brincadeiras e atividades para as crianças, algo que, segundo Rosenberg (1993), não atendem as necessidades para essa etapa educacional. Para a autora, temos direito a espaços confortáveis, bem como a livros, brinquedos, equipamentos não só para beneficiar a criança, mas também como instrumento de trabalho enquanto profissional (ROSEMBERG, 1993).

10) Quantidade de crianças

Quadro 11 – Quantidade de crianças

Pergunta	Auxiliar	Respostas
Qual sua opinião sobre a quantidade de crianças por auxiliar de educação infantil?	A1	Boa, hoje caiu a quantidade de crianças por auxiliar. Há vinte e quatro anos atrás a quantidade era bem maior.
	A2	Muitas crianças por educadora, pois nem sempre estão todas na sala, como no horário do almoço ou quando falta alguém, as outras educadoras ficam sobrecarregadas.
	A3	O ideal é que se reduzisse a quantidade de crianças por auxiliares para que uma atenção mais personalizada fosse garantida.

Fonte: a pesquisa.

Hoje no município de Ourinhos a quantidade de crianças por auxiliar se divide da seguinte forma: 5 crianças por auxiliar no berçário I e II (6 meses a 2 anos), 8 crianças no mini-grupo (2 a 3 anos) e 13 crianças no maternal (3 a 4 anos) (OURINHOS, 2012). Quantidade considerada boa pela A1, que tem a experiência de um número maior quando iniciou seu trabalho. Já as demais auxiliares, consideram a quantidade excessiva, devido ao fato de que na ausência para almoço e na falta de uma colega de sala elas não possuem substitutas. Somente é garantido esse direito à professora. Ou seja, a funcionária presente fica responsável pela turma toda, sobrecarregando a auxiliar e, conseqüentemente, causando prejuízo ao trabalho por ela oferecido.

11) Carga horária

Quadro 12 – Mudanças nas atribuições

Pergunta	Auxiliar	Respostas
O que você acha da carga horária de sua função?	A1	A carga horária é muito puxada, pois é um trabalho exaustivo mentalmente.
	A2	Boa, mas é um trabalho estressante.
	A3	Excessiva. O ideal é que a carga horária seja de seis horas por dia.

Fonte: a pesquisa.

A carga horária do edital do concurso é de quarenta horas semanais, no entanto as auxiliares concordam que o trabalho nas creches é estressante o que torna oito horas diárias excessivas, e como o ponto forte desta profissão é a calma e a paciência, o ideal seria que o trabalho fosse realizado em turnos menores.

1.2) Benefícios para o Desenvolvimento da Criança

Quadro 13 – Benefícios para o Desenvolvimento da Criança

Pergunta	Auxiliar	Respostas
Você acredita que o trabalho realizado pelas auxiliares nas creches traz algum benefício para o desenvolvimento integral das crianças?	A1	Sim o trabalho realizado nas creches beneficia muito o desenvolvimento das crianças. Em parceria com a família é possível trabalhar integralmente o crescimento da criança.
	A2	Sim, com certeza. Como eles passam dez horas por dia na creche é nela, com o trabalho das educadoras que as crianças desenvolvem a coordenação motora, o raciocínio e sua independência.
	A3	Sim. As crianças ficam cerca de 10 horas nas creches, passando a maior parte do tempo com as auxiliares, portanto, é criado laços de afeto. Quanto à área pedagógica, também pode contribuir e muito para a evolução da criança.

Fonte: a pesquisa.

Segundo Rosemberg (1993), cuidar e educar crianças pequenas em instituições coletivas é uma profissão. Por isso, para o exercício dessa função é necessária formação prévia (que contemple conhecimentos sobre esse duplo objetivo), formação em serviço (principalmente através de cursos e supervisão), espaço e instrumentos de trabalho adequados e remuneração condizente com a importância social do trabalho. No dia em que as educadoras e professoras tiverem a consciência clara de que a creche e a pré-escola são espaços de educação e cuidado da criança, mas, também, espaço seu de trabalho, talvez sejam mais vigorosas em suas reivindicações pela melhoria da qualidade do atendimento oferecido à criança.

Considerada a etapa mais importante do desenvolvimento da criança o período de 0 a 3 anos, não é preciso nem destacar a importância dessas profissionais na evolução dos pequenos, como além da necessidade de cuidados, estimulação e afeto essas crianças também estão se constituindo como cidadãos e como a maioria acaba passando mais tempo com as auxiliares do que com as próprias famílias, com elas aprendem a ter autonomia, regras, valores e a se socializar, o que confirma ainda mais a necessidade de se ter um profissional capacitado, e que seja exemplo, dentro dos núcleos de educação infantil.

13) Valorização do trabalho

Quadro 14 – Mudanças nas atribuições

Pergunta	Auxiliar	Respostas
Como você se sente nessa função? Existe valorização ou desvalorização de seu trabalho?	A1	Depois de vinte e quatro anos, noto que a valorização caiu muito, o que já era pouco diminuiu mais. Sinto que o que faço no meu trabalho dia após dia não tem valor, parece que a rotina das auxiliares não é de suma importância. Penso que esse pouco caso conosco é uma forma de não valorizar remuneradamente a auxiliar.
	A2	Nessa profissão não há muita valorização financeira, e nem reconhecimento pelo trabalho que realizamos, pois, não passamos das "tias da creche" para os pais, e não fazemos mais do que nossa obrigação para nossa chefia. A valorização vem por parte das crianças que retribuem o carinho e afeto dado.
	A3	É gratificante trabalhar com crianças. É um aprendizado diário, mas o auxiliar de educação infantil ainda não é realmente valorizado. O ideal seria a revisão do cargo e sua área de atuação, possibilitando a quem tem formação superior na área da educação receber um salário diferenciado, para cada vez mais desenvolver atividades pedagógicas com os alunos, ampliando o desenvolvimento e saberes das crianças.

Fonte: a pesquisa.

A pesquisa constatou que as exigências e cobranças no cargo aumentaram, enquanto que a valorização dessas profissionais que desempenham o papel do cuidar e educar, não acompanhou essas mudanças; não possuem plano de carreira nem remuneração condigna; recebem salários compatíveis apenas com o cuidar. Mesmo sem o reconhecimento merecido por parte da administração, confessam que o retorno por parte das crianças é muito gratificante, o que colabora para que deem sempre o seu melhor.

14) Reivindicações

Quadro 15 – Reivindicações

Pergunta	Auxiliar	Respostas
Existe alguma reivindicação por parte do grupo das auxiliares de educação infantil?	A1	Sim e muitas, mas ficam no fundo da gaveta, promessas de campanhas esquecidas e os superiores que poderiam nos ajudar e dar valor ao trabalho realizado nas creches também não o faz, até admiram o nosso trabalho, mas não compram a causa.
	A2	Muitas: melhores salários, horários de estudos remunerados; redução do número de crianças por educador; valorização entre outros
	A3	Acredito que a maior reivindicação é reduzir a carga horária para 6 horas, reduzir o número de crianças por auxiliar e a valorização do auxiliar que já tem formação na área da educação

Fonte: a pesquisa.

As reivindicações solicitadas pelas auxiliares foram feitas sempre de modo informal, sejam para supervisores, políticos, diretoras, mas não há nenhum pedido protocolado oficialmente pela classe; são apenas promessas de estudos da situação que acabam ficando no esquecimento.

Para Rosemberg (2013), no dia em que as educadoras e professoras tiverem a consciência clara de que a creche e a pré-escola são espaços de educação e cuidado da criança, mas, também, espaço seu de trabalho, talvez sejam mais vigorosas em suas reivindicações pela melhoria da qualidade do atendimento oferecido à criança.

15) Expectativas

Quadro 16 – Expectativas

Pergunta	Auxiliar	Respostas
Quais suas expectativas em relação ao cargo?	A1	Infelizmente não são boas, o cargo exige muito de nós, porém pouco se valoriza, o auxiliar de educação infantil não sobe de nível, não é remunerado adequadamente caso conclua curso superior. Já se falou sobre mudanças referentes à qualificação, mas ficou só no papel.
	A2	Não tenho expectativas em relação ao cargo, não acredito que mudará alguma coisa, por isso, estou cursando faculdade em outra área.
	A3	A expectativa é que o auxiliar de educação infantil realmente seja valorizado e reconhecido na prática, e, não apenas na 'fala', como o maior elo com as crianças das creches. Os auxiliares têm como importante missão cuidar do bem mais precioso de uma nação: as crianças.

Fonte: a pesquisa.

No exercício da função, as auxiliares são vista como as profissionais essenciais da Educação Básica, principalmente no desenvolvimento de crianças de 0 a 3 anos de forma integral. Como relata a auxiliar A3, a expectativa é de que o auxiliar de educação infantil realmente seja valorizado e reconhecido na prática, e, não apenas na 'fala'.

Percebe-se que as auxiliares não possuem muitas expectativas referentes ao cargo que ocupam, tanto que a A2 relatou estar cursando ensino superior em outra área, sendo assim ela não acredita que possa haver melhorias no cargo e A1 já se conformou com a situação. Ou seja, por mais dedicadas que sejam as auxiliares, não se pode esperar que estejam cem por cento focadas no trabalho que realizam, quando o cargo que ocupam não atendem suas expectativas, mas permanecem nele por necessidade financeira e pela estabilidade.

É importante destacar que a situação dessas profissionais está precarizada, não apenas por omissão delas. O descumprimento da lei por parte do município de Ourinhos (BRASIL, 1996) corrobora com a desvalorização da docência, já que continua a ofertar concurso para o cargo de auxiliar infantil com exigência de escolaridade apenas em nível médio, mesmo após promulgação da LDB 9394/96 que exige formação mínima de nível médio normal (antigo magistério) ou em nível superior em curso de licenciatura em pedagogia. Algo que ocorre mesmo findado o prazo para regularizações estabelecidas na mesma lei, que era até o ano de 2009, conforme consulta realizada ao Ministério da Educação.

A Lei nº 11.738/2008 também atendeu ao parágrafo único do artigo 206 da Constituição Federal, ao fixar, até 31 de dezembro de 2009, o prazo para que União, Estados, Distrito Federal e Municípios elaborem ou façam a adequação de seus Planos de Carreira e Remuneração do Magistério. Os obrigatórios Planos de Carreira têm, agora, definido o prazo para ser elaborados ou adequados, devendo ser exigido o atendimento desta obrigação, a partir de 1º de janeiro de 2010, pelos órgãos normativos e executivos dos diferentes sistemas de ensino. Em princípio, a variedade de nomes atribuídos a esses profissionais não constitui problema maior desde que sejam legalmente habilitados para o magistério, tenham seu ingresso mediante concurso público de provas e títulos e estejam contemplados em Plano de Carreira, com as vantagens e obrigações equivalentes a outros profissionais com a denominação de Professor (BRASIL, 2008, p. 6)

A lei citada acima também estipula que é admitido que sejam considerados docentes, os profissionais não habilitados, em caráter excepcional, na etapa de creche e educação infantil, porém de forma provisória, na falta do profissional devidamente habilitado. Esse não é o caso do município de Ourinhos, já que na rede existem auxiliares que possuem graduação na área da educação, como a entrevistada A1, formada há doze anos em pedagogia, mas, para receber benefícios financeiros de sua graduação, teria que realizar outro concurso, pois o cargo em questão, mesmo fazendo parte da educação básica, não possui progressão por títulos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que apesar das mudanças em leis, e da comprovação da necessidade de se ter um profissional qualificado e habilitado para atuar com crianças na educação infantil, o município de Ourinhos, ainda permanece sem adequação, pois algumas instituições ainda se assemelham muito com o cunho assistencial, já que as maiorias das profissionais que atuam no cargo de educação infantil não se sentem qualificadas e nem na obrigação de desempenhar o papel de educador pedagógico, junto às crianças de 0 a 3 anos. A creche continua, para muitos, sendo um lugar em que se deposita a criança, enquanto a mãe trabalha.

Seria interessante que existisse uma fiscalização voltada para essas adequações e exigências estipuladas em lei, principalmente com o nível de escolaridade, e que as Secretarias Municipais da Educação tivessem um olhar diferenciado para essas profissionais que desenvolvem um trabalho que merece ser respeitado e valorizado. Como primeiro passo, as auxiliares poderiam ter assegurados direitos de participarem de horário de estudo, plano de carreira e remuneração docente. Entende-se que essas alterações precisem passar por reestruturações administrativas, mas também se consideram mudanças razoáveis e ao alcance da administração pública.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Oficial da União, 5 de outubro de 1988
- BRASIL. **Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em < www.planalto.gov.br >. Acesso em: 28 de Março. 2017.
- BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, 1998. 3 v.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 12.796**, de 4 de abril de 2013 – Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.
- FREIRE, Paulo. **Professora, sim; tia, não: cartas a quem ousa ensinar**. Editora Paz e Terra, 2015.
- IMBERNÓN, Francisco. **Formação continuada de professores**. Artmed Editora, 2010.
- KUHLMANN JR, Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Editora Mediação, 1998.
- LORDELO, E. da R. Contexto e desenvolvimento humano: quadro conceitual. **Infância brasileira e contextos de desenvolvimento**, p. 5-18, 2002.
- LÜDKE, Menga; BOING, Luiz Alberto. Caminhos da profissão e da profissionalidade docentes. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 89, 2004.
- MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. **História social da infância no Brasil**, v. 5, p. 53-79, 1997.
- OLIVEIRA, S. M. L. O. A legislação e as políticas para a educação infantil: avanços, vazios e desvios. In: MACHADO, M. L. A. **Encontros e desencontros em educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2002.
- OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. A creche no Brasil: mapeamento de uma trajetória. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 14, n. 1, p. 43-52, 1988.
- OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos; Mello, A. M.; Vitória, T.; Ferreira, M. C. - **Creche: Crianças, Faz de conta & Cia**, 2009, Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil Ltda.
- OURINHOS. REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OURINHOS- deliberação CME nº 01/2012 – **Atribuições Auxiliar de Educação Infantil**.
- OURINHOS. **Lei Complementar nº 911**. Estatuto do Magistério Público Municipal. 2015
- PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 9, n. 33, 2009.
- RIZZO, Gilda. **Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- ROSEMBERG, Fúlvia. **Creches e Pré-Escolas no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 1993

ROSEMBERG, Fúlvia. **Educação Infantil, Educar e Cuidar e a Atuação Profissional**. Art. Publicado em *Infância na ciranda da Educação*, revista nº3 - novembro de 1997, Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – CAPE/SMED.

ROSEMBERG, Fúlvia. **O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil**: o caso da creche. *Cadernos de Pesquisa*, n. 51, p. 73-79, 2013.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Docência universitária na educação superior. **Docência na Educação Superior**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, 2006.

VIEIRA, Livia Maria Fraga; DE MELO, Regina Lúcia Couto. A creche comunitária “Casinha da Vovó”: Prática de manutenção/Prática de Educação. **Cadernos de pesquisa**, n. 62, p. 60-78, 2013.